

An aerial photograph of an offshore oil rig, showing its complex structure of platforms, walkways, and storage tanks. A white quadcopter drone is positioned on one of the landing pads. The rig is surrounded by deep blue ocean water. The image is used as a background for the report cover.

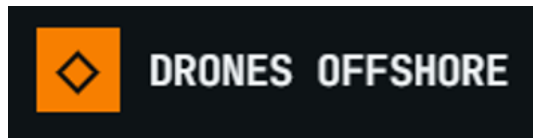
DRONES OFFSHORE

RELATÓRIO ESG

Engenharia aérea. Inteligência
offshore.

EDIÇÃO INSTITUCIONAL • 2026

AMBIENTAL / SOCIAL / GOVERNANÇA



Relatório ESG institucional

Outubro de 2026

Este relatório institucional reúne o posicionamento público da Drones Offshore e uma agenda proposta de desenvolvimento ESG. Não constitui inventário de emissões, relatório de desempenho operacional, declaração de certificação ou documento assegurado por auditoria independente. Metas, procedimentos e indicadores descritos são diretrizes a estruturar e validar; não representam práticas implantadas ou resultados medidos, salvo fatos institucionais expressamente identificados.

Conteúdo próprio. Referência editorial.

A diagramação foi orientada pelo Relatório ESG 2023.2024 da BELOV fornecido como referência. Textos, posicionamento e imagens desta edição foram adaptados ao contexto da Drones Offshore, sem atribuir à startup os programas, resultados ou certificações da empresa de referência.





SUMÁRIO

Mensagem	05
Apresentação	07
Sustentabilidade	17
Ambiental	21
Social	33
Governança	55
Visão ESG	63
Fontes e notas	66



MENSAGEM

Responsabilidade desde a origem

O ambiente offshore reúne distâncias, condições meteorológicas variáveis, ativos de alta consequência e profissionais que precisam decidir com segurança. É nesse contexto que a Drones Offshore desenvolve sua proposta: conectar engenharia aérea, dados e infraestrutura sem separar inovação de responsabilidade. A tecnologia tem valor quando responde a uma necessidade real, respeita seus limites e entrega informação útil para a decisão.

Como spin-off nascida da joint venture entre PEV Engenharia e Deterrence Defense, a Drones Offshore apresenta neste documento uma visão própria sobre os pilares ambiental, social e de governança. A origem institucional não substitui evidências de desempenho. Nossa narrativa distingue o que já foi comunicado sobre a startup das aplicações propostas, dos procedimentos a estruturar e dos resultados que dependerão de validação futura.

Esta edição não reproduz a trajetória, os números ou os programas de outras empresas. A referência editorial inspira a organização visual; o conteúdo pertence ao contexto da Drones Offshore. O objetivo é tornar legível uma jornada de desenvolvimento: identificar riscos relevantes, estabelecer responsabilidades, ouvir profissionais e construir uma base de medição adequada ao estágio da empresa.

Avançar com rigor e transparência

A proposta de inspeção e logística aérea offshore exige uma visão de ciclo completo. Uma missão não começa na decolagem nem termina no pouso. Ela inclui deslocamentos, preparação, equipamentos de apoio, energia, interpretação dos dados e destinação de componentes. Qualquer comparação ambiental precisa considerar esse conjunto e declarar as condições que tornam uma aplicação viável.

As pessoas permanecem no centro dessa construção. A experiência de pilotos e operadores de VANT ajuda a compreender decisões de campo, limitações de comunicação, fadiga e situações em que não executar é a escolha responsável. A série de entrevistas conduzida por Jonas Degrave, Founder e Engenheiro Aeroespacial, integra a agenda institucional de escuta; não equivale a um programa de treinamento certificado ou a

um quadro de profissionais contratados.

Governança é o elo entre intenção e evidência. Critérios claros para aprovação de projetos, proteção da informação e comunicação de capacidades podem reduzir ambiguidades e apoiar relações de confiança. A agenda apresentada busca orientar esse amadurecimento sem afirmar que todos os controles já foram implantados. A implementação deve ser documentada e revista à medida que o modelo de desenvolvimento evoluir.

Convidamos clientes potenciais, profissionais, fornecedores e parceiros a contribuir com requisitos concretos. O diálogo deve ajudar a selecionar casos de uso pertinentes, reconhecer impactos e construir indicadores que possam ser conferidos. Crescer de forma responsável significa validar antes de ampliar, registrar antes de declarar e preservar a

segurança quando a janela operacional não oferece condições adequadas.

APRESENTAÇÃO

Origem institucional

Propósito e aplicações

Conformidade e validação

Drones Offshore

A Drones Offshore desenvolve uma proposta de integração entre drones, inteligência de dados e infraestrutura para ambientes marítimos, industriais e logísticos. O foco institucional é aproximar a aquisição de informações em campo da leitura técnica necessária a engenharia, manutenção e gestão de operações. Plataformas, sensores e conectividade devem ser definidos a partir do problema, e não como uma solução universal.

A startup é uma spin-off nascida da joint venture entre PEV Engenharia e Deterrence Defense. Seus fundadores são Paulo Saraiva e Jonas Degrave. Jonas, Engenheiro Aeroespacial,

é responsável pela gestão técnica e científica da startup. A apresentação dessa origem e dessas responsabilidades não implica certificação corporativa, capacidade operacional irrestrita ou titularidade de aeronaves exibidas em ambientes demonstrativos.

A proposta contempla inspeção, avaliação de logística aérea, mapeamento e organização de evidências técnicas. Cada aplicação depende de viabilidade técnica, condições ambientais, definição de escopo e atendimento aos requisitos aplicáveis. Referências internacionais ajudam a discutir possibilidades, mas os

resultados de terceiros não constituem resultados próprios da Drones Offshore.

O site oferece ferramentas demonstrativas de planejamento e visualização. A frota simulada, os perfis de demonstração e os cenários financeiros não são registros operacionais nem uma base para calcular indicadores ESG da empresa. Esta separação protege a leitura institucional e permite que o desenvolvimento de novas capacidades seja acompanhado com transparência.



Uma jornada orientada por evidências

01

02

03

04

ORIGEM

Spin-off da joint venture entre PEV Engenharia e Deterrence Defense.

DIÁLOGO

Escuta de pilotos e operadores e presença no ecossistema institucional.

PROPOSTA

Aplicações e ferramentas demonstrativas para discutir requisitos.

VALIDAÇÃO

Etapla proposta: casos de uso, critérios e evidências próprias.

A evolução da Drones Offshore deve ser acompanhada por marcos de maturidade, e não por uma linha do tempo que sugira operações não comprovadas. A origem institucional e a comunicação pública constituem uma primeira camada. A formulação de aplicações e a apresentação de ferramentas demonstrativas compõem uma segunda camada, útil para dialogar sobre requisitos e restrições.

A série de entrevistas com pilotos e operadores de VANT amplia a escuta de profissionais. A presença dos fundadores em encontros do ecossistema de

energia e inovação integra a agenda institucional relatada pela empresa. Essas iniciativas não comprovam contratos, certificações ou implantação de uma frota; seu valor está na troca de perspectivas e na identificação de temas relevantes.

O próximo avanço proposto é organizar requisitos por caso de uso: objetivo da missão, risco, evidência esperada e critérios de aceitação. A etapa de validação deve produzir registros verificáveis antes de qualquer expansão. Somente dados reais, com escopo e método definidos, poderão alimentar indicadores operacionais ou sustentar declarações de impacto ambiental e social.

Contexto territorial e operacional



O universo de aplicação da Drones Offshore inclui instalações marítimas, portos, embarcações, ativos industriais e projetos de energia. Cada contexto possui exigências próprias de acesso, comunicação, coordenação e proteção ambiental. O litoral não deve ser tratado como uma área homogênea: sensibilidade ecológica, espaço aéreo, meteorologia e organização do trabalho variam de uma missão para outra.

A inserção institucional no ecossistema de inovação do Rio de Janeiro e do Porto Maravilha oferece um contexto de diálogo entre engenharia, tecnologia e atividades ligadas ao mar. A menção a esse ambiente não representa declaração de bases operacionais próprias, concessões, licenças territoriais ou instalações implantadas pela startup.

Para um projeto futuro, o diagnóstico territorial deverá identificar locais de partida e chegada, responsáveis pelos ativos, áreas sensíveis, meios de apoio e alternativas de contingência. A delimitação do escopo é necessária tanto para segurança quanto para medição de impactos. Sem essa delimitação, alcance geográfico e benefícios potenciais permanecem hipóteses a avaliar.

Engenharia aérea. Inteligência offshore.

Uma proposta que conecta inspeção, logística, infraestrutura e dados para apoiar decisões em ambientes de alta consequência. Capacidades propostas, sujeitas a validação por missão.

DRONES OFFSHORE



Propósito, missão e visão

PROPÓSITO

Propósito — Reduzir a distância entre o desafio offshore e a decisão em terra. Isso significa organizar a coleta e a interpretação de dados de modo que o objetivo da missão seja compreendido, os limites sejam explícitos e a informação entregue possa apoiar decisões técnicas.

MISSÃO

Missão proposta — Desenvolver soluções de engenharia aérea e inteligência operacional adequadas ao contexto marítimo e industrial. A escolha de plataformas e sensores deve considerar segurança, qualidade da evidência, integração com o ativo e condições de implantação, sem transformar tecnologia em promessa de resultado.

VISÃO E PRINCÍPIOS

Visão — Amadurecer uma abordagem integrada de serviços, dados e infraestrutura mediante validação progressiva. A expansão deve seguir evidências de viabilidade, aprendizado de campo e condições de mercado. Não são anunciados neste documento volumes de operação, datas de implantação ou metas de participação de mercado. Princípios — Rigor técnico, respeito às pessoas, responsabilidade ambiental e transparência na comunicação. Esses princípios orientam a agenda ESG apresentada e deverão ser traduzidos em critérios, registros e revisões. A afirmação de valores não substitui a demonstração de práticas e resultados.

Áreas de aplicação

Inspeção visual e térmica pode apoiar a aquisição de informações sobre estruturas e equipamentos. A qualidade depende de sensores adequados, distância de observação, condições ambientais e interpretação por profissionais competentes. Imagens não substituem automaticamente ensaios, inspeções regulamentares ou avaliação de engenharia.

Logística aérea envolve avaliar o transporte de itens específicos entre pontos operacionais. Peso, volume, embalagem, distância, energia, área de pouso e meios de contingência devem compor a análise. A proposta não presume substituição de helicópteros ou embarcações em qualquer cenário.

Mapeamento e dados podem contribuir para modelos, acompanhamento de ativos e organização de evidências. Conectividade e estações automatizadas são camadas de integração possíveis. O conceito de vertporto offshore permanece uma proposta de infraestrutura, e não uma rede de instalações já operante.

01 INSPEÇÃO

Visual e térmica, com critérios de aquisição.

02 LOGÍSTICA

Transporte de itens específicos sob avaliação.

03 MAPEAMENTO

Informação espacial e documentação.

04 INFRAESTRUTURA

Estações e vertporto como propostas.

05 DADOS

Organização de evidências para decisão.

Conformidade sem atalhos

O uso de aeronaves não tripuladas em ambiente marítimo ou industrial exige avaliação dos requisitos aplicáveis a cada configuração e missão. A natureza offshore não elimina obrigações relacionadas a aeronave, piloto, espaço aéreo, enlaces de comunicação, acesso ao ativo ou proteção ambiental.

ANAC, DECEA e ANATEL são referências institucionais que devem ser consultadas conforme o projeto. A verificação precisa utilizar normas vigentes e fontes oficiais no momento do planejamento. Este relatório não declara aprovação geral para operações, autorização BVLOS, homologação de uma frota

ou certificação ESG.

A proposta é organizar uma análise de conformidade por caso de uso, com identificação da regra, evidência necessária, responsável pela verificação e condição de aprovação. Divergências e pendências devem ser resolvidas antes de execução. Uma ferramenta demonstrativa de conformidade auxilia a visualização, mas não substitui documentos válidos nem decisões dos órgãos competentes.

Qualidade e evidência técnica

A evidência útil é aquela que responde ao objetivo definido e pode ser interpretada com contexto. Para uma inspeção proposta, o planejamento deve esclarecer quais elementos precisam ser observados, que nível de detalhe é necessário e quais limitações da aquisição podem impedir conclusões.

A agenda de qualidade inclui identificação do ativo, rastreabilidade dos arquivos, parâmetros de captura e critérios de revisão. Fotografias, modelos e leituras devem conservar informações essenciais de origem. Modificações em arquivos precisam ser controladas para evitar que ajustes de apresentação sejam confundidos com alterações da evidência.

A aceitação da entrega deve ser discutida antes da missão. Se o dado não atender ao

propósito, a limitação deve ser comunicada, e a necessidade de nova aquisição ou método complementar deve ser avaliada. Não são divulgados certificados, premiações, resultados de auditoria ou índices de qualidade que não tenham comprovação própria.

A organização futura de documentos deve separar referências de mercado, materiais institucionais, projetos em estudo e registros de execução. Essa distinção favorece tanto a governança quanto a leitura ESG, porque impede que possibilidades técnicas sejam apresentadas como capacidades já demonstradas pela empresa.

Da demonstração à validação

O Centro de Controle apresentado no site utiliza dados simulados para explorar fluxos de missão, frota, pessoas e logística. Seu papel é tornar a proposta compreensível e apoiar conversas sobre necessidades operacionais. Os 22 registros demonstrativos não devem ser descritos como aeronaves próprias ou uma frota em serviço.

A conexão com dados operacionais reais exige critérios de origem, autorização de acesso, responsabilidades e proteção da informação. Registros de manutenção, prontidão e qualificação só poderão ser tratados como evidência quando vinculados a documentação válida. Valores de demonstração não podem alimentar relatórios de desempenho corporativo.

A agenda proposta de validação inclui selecionar um caso de uso, definir o critério de

sucesso, confirmar a viabilidade e registrar o aprendizado. A repetição só faz sentido quando a aplicação demonstra consistência nas condições avaliadas. Essa progressão oferece uma base mais responsável para escala do que extrapolar uma simulação.

O presente relatório organiza intenções e critérios de desenvolvimento. A evolução para uma prestação de contas quantitativa dependerá de dados reais, limites de escopo, controles de qualidade e metodologia de cálculo. Até lá, o compromisso editorial é explicar claramente o que é fato institucional, hipótese, diretriz ou indicador ainda não apurado.

DRONES OFFSHORE

SUSTENTABILIDADE

Jornada responsável

Matriz ESG proposta

Conexões com os ODS

Uma jornada de desenvolvimento responsável

A sustentabilidade no contexto da Drones Offshore deve integrar decisões de engenharia, segurança e gestão. Não se limita à escolha de uma aeronave elétrica ou à redução aparente de um deslocamento. O desafio é analisar como uma solução afeta recursos, pessoas, qualidade da informação e relação com os ativos ao longo do projeto.

A agenda ESG proposta começa pela identificação dos temas relevantes: ambiente marinho, energia, baterias, condições de trabalho, proteção de dados, integridade e clareza sobre capacidades. A importância de cada tema depende do caso de uso. Inspeção e logística podem compartilhar riscos, mas não possuem necessariamente o mesmo perfil de impacto.

O relatório apresenta um mapa inicial de prioridades, sem afirmar que uma análise formal de materialidade foi concluída. A escuta de partes interessadas e a avaliação técnica deverão apoiar sua revisão. O resultado esperado dessa etapa é uma relação entre tema, risco, medida proposta e evidência necessária.

O amadurecimento deverá permitir que compromissos qualitativos sejam acompanhados por informações confiáveis. Metodologia, período, limites e responsáveis precisam acompanhar qualquer indicador futuro. A publicação de dados incompletos ou sem contexto enfraqueceria a proposta de transparência que orienta este documento.



Matriz ESG proposta

AMBIENTAL

Energia e emissões Biodiversidade
Componentes e resíduos

SOCIAL

Segurança e qualificação Respeito aos
direitos Escuta e cadeia de valor

GOVERNANÇA

Integridade Informação e controles
Clareza de responsabilidades

O eixo ambiental contempla energia, emissões, biodiversidade e ciclo de vida de componentes. A proposta é registrar entradas e saídas por missão e comparar alternativas equivalentes, reconhecendo os limites de cada cálculo. Nenhuma redução percentual de emissões é declarada nesta edição.

O eixo social reúne segurança, qualificação, respeito aos direitos e diálogo com

profissionais. A experiência de campo pode revelar problemas não capturados por especificações de fabricante. O desenvolvimento de procedimentos deve incluir condições de trabalho e autonomia para interromper uma atividade insegura.

O eixo de governança conecta requisitos, decisões e evidências. Controle de documentos, proteção da informação e comunicação responsável são condições

para avaliar os demais pilares. A matriz é uma ferramenta de planejamento; sua presença no relatório não comprova a implantação dos controles descritos.

ODS: conexão temática, não certificação

08 · 09

Trabalho seguro, qualificação e inovação.

12 · 13

Recursos, resíduos e avaliação de emissões.

14

Atenção aos ecossistemas marinhos.

16 · 17

Integridade, transparência e cooperação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas oferecem uma linguagem para organizar temas. A conexão proposta neste relatório é temática e não representa reconhecimento da ONU, certificação, cumprimento integral de metas ou impacto mensurado da Drones Offshore.

ODS 8 e 9 dialogam com trabalho seguro, qualificação e inovação em infraestrutura. ODS 12 e 13 se relacionam a recursos, resíduos e avaliação de emissões. ODS 14 orienta a atenção ao ambiente marinho, enquanto ODS 16 e 17 ajudam a refletir sobre integridade, transparência e cooperação.

Para transformar essa conexão em contribuição demonstrável, será necessário escolher metas pertinentes, definir a intervenção e registrar resultados. Uma lista de ODS sem essa relação pode sugerir mais do que os dados sustentam. Por isso, esta edição mantém a associação como referência de desenvolvimento e propõe critérios de acompanhamento futuros.

AMBIENTAL

Biodiversidade e ambiente marinho

Circularidade e componentes

Energia e emissões

Prevenção da poluição

Recursos hídricos



Tecnologia e ambiente marinho

A implantação de soluções aéreas em ambientes marítimos deve considerar impactos e dependências ambientais desde o planejamento. O mar é parte ativa da análise: ventos, precipitação, corrosão, fauna e condições de pouso alteram tanto a viabilidade quanto a forma de resposta a uma ocorrência.

A possibilidade de reduzir deslocamentos ou exposição humana não elimina o consumo de energia nem os impactos de fabricação e descarte. Uma avaliação ambiental responsável compara alternativas que entreguem a mesma função, reconhece efeitos indiretos e evita extrapolações de um caso específico.

A proposta ambiental da Drones Offshore é construir uma base de informação por projeto, respeitar áreas sensíveis e prever o ciclo de vida dos componentes. Ainda não são apresentados inventário de emissões, balanço de energia, volumes de resíduos ou resultados de monitoramento ambiental próprios.

Biodiversidade e serviços ecossistêmicos

Ambientes costeiros e marinhos abrigam ecossistemas sensíveis que não devem ser reduzidos a obstáculos em uma rota. A presença de aves, áreas de reprodução, unidades de conservação e habitats relevantes precisa ser considerada no diagnóstico do local. A análise depende de informações adequadas à região e da coordenação com os responsáveis pelo ativo.

A agenda proposta inclui avaliar distâncias de segurança, ruído, horários, rotas e situações em que uma operação deve ser alterada ou suspensa. O objetivo é evitar perturbações desnecessárias e reconhecer que uma janela tecnicamente possível pode não ser ambientalmente adequada. Não é declarado monitoramento contínuo de fauna implantado pela startup.

O planejamento deve prever como registrar avistamentos, incidentes e condicionantes ambientais quando aplicáveis. Esses registros podem orientar revisões de procedimento e reduzir repetição de riscos. Sua qualidade depende de pessoas preparadas, critérios definidos e comunicação com a equipe do local.

A avaliação de serviços ecossistêmicos reforça a relação entre atividade econômica e ambiente. Proteção costeira, recursos marinhos e qualidade ambiental sustentam diversas operações e comunidades. A Drones Offshore não atribui a si projetos de restauração, plantio, compensação ou ganhos de biodiversidade sem evidências de realização.

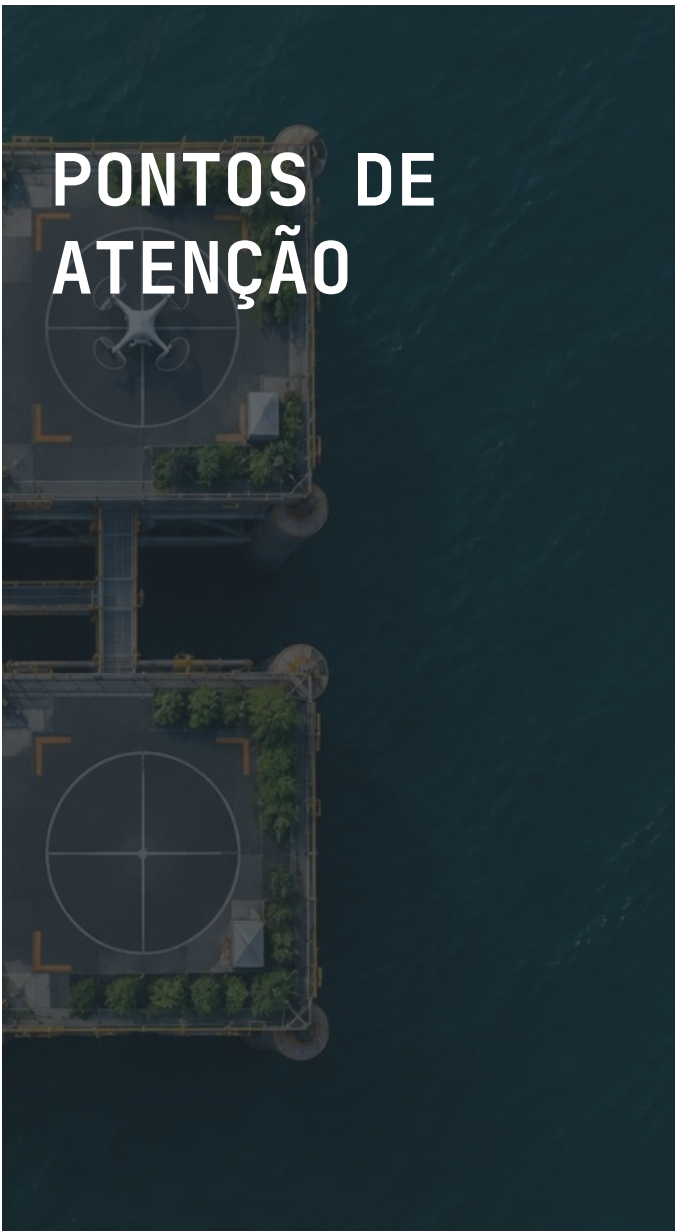
Economia circular e gestão de resíduos

A circularidade em sistemas aéreos começa na especificação de equipamentos, na possibilidade de manutenção e no uso responsável de peças. Baterias, eletrônicos, embalagens e componentes possuem ciclos de vida distintos. A proposta é considerar durabilidade, reparabilidade, disponibilidade de reposição e destinação na análise técnica de futuras aquisições.

Baterias exigem cuidados de armazenamento, transporte, inspeção e descarte compatíveis com sua química e com as condições do projeto. Uma bateria danificada não deve ser tratada apenas como perda de autonomia. O planejamento deverá prever segregação, resposta a incidentes e encaminhamento adequado, conforme requisitos aplicáveis.

A gestão futura de resíduos deverá identificar tipo, quantidade, origem e responsável pela destinação. Comprovantes e registros precisam permitir rastreabilidade. A contratação de um prestador não elimina a necessidade de verificar adequação e documentação do encaminhamento realizado.

Nesta edição não são informadas taxas de reciclagem, volumes destinados ou metas de aterro zero. A diretriz é priorizar prevenção, uso consciente e destinação adequada antes de divulgar resultados. A medição deverá distinguir reaproveitamento, reciclagem, tratamento e descarte, evitando reunir situações diferentes em um único indicador.



PONTOS DE ATENÇÃO

INSPEÇÃO

A avaliação ambiental deve considerar o deslocamento necessário, a energia da missão e a qualidade do dado entregue. A redução de acesso físico só representa benefício quando a aquisição atende ao objetivo e não cria repetição desnecessária de etapas.

LOGÍSTICA

Peso, distância, frequência e apoio operacional influenciam o consumo total. A comparação deve considerar a carga efetivamente entregue, as viagens sem carga, a energia de recarga e as alternativas que realizariam a mesma tarefa.

INFRAESTRUTURA

Estações e vertportos propostos demandam análise do local, manutenção, energia e integração com a instalação. O conceito não equivale a uma base já construída ou a uma solução ambiental automaticamente superior.

DADOS

A informação pode apoiar manutenção e planejamento, mas sua contribuição depende de uso e qualidade. Armazenamento, processamento e retenção também consomem recursos. A agenda proposta deverá analisar necessidade de captura e critérios de preservação de arquivos.

Logística reversa e ciclo de componentes

Uma política de componentes deve permitir acompanhar a vida útil, as intervenções e a decisão de substituição. Registros de uso e condição ajudam a evitar tanto descarte precoce quanto permanência de peças fora de critérios de segurança. A reparação só é pertinente quando tecnicamente aceitável e compatível com as orientações aplicáveis.

A logística reversa proposta deverá avaliar fabricantes, distribuidores e prestadores habilitados para os materiais envolvidos. Termos de recebimento e comprovantes de destinação deverão integrar o registro do projeto. A disponibilidade de um canal precisa ser confirmada antes de ser apresentada como solução estabelecida.

O transporte de baterias e materiais com riscos específicos requer planejamento

próprio. Embalagem, identificação e documentação devem ser verificadas conforme o caso. A infraestrutura offshore adiciona desafios de acesso e armazenamento que precisam ser discutidos com o responsável local.

O acompanhamento futuro pode incluir quantidade de itens substituídos, causa da retirada, encaminhamento e evidência de destinação. Ainda não existe neste relatório uma série de dados para esses indicadores. O foco é definir quais informações serão necessárias para uma prestação de contas consistente.

Mudanças climáticas e eficiência energética

O potencial de eficiência de drones deve ser analisado em relação à função desempenhada, não apenas ao consumo durante o voo. Uma comparação válida exige que as alternativas transportem carga equivalente ou produzam evidência técnica equivalente, dentro de condições definidas. Missões de naturezas diferentes não sustentam uma conclusão única.

A fronteira de análise deve explicitar preparação, deslocamentos, recarga, apoio, manutenção e aquisição dos dados. Quando houver energia elétrica, a fonte e o fator de emissão precisam ser identificados. A eletrificação pode alterar o perfil de emissões, mas não significa ausência de impacto.

A proposta da Drones Offshore é construir métodos por aplicação antes de declarar economia. Dados de fabricantes e referências setoriais podem apoiar hipóteses, desde que sejam separados dos registros próprios. Resultados de terceiros não devem ser transferidos para uma operação ainda não validada.

As conclusões futuras deverão informar período, unidade funcional, fontes, limitações e incertezas. Esta edição não apresenta metas de neutralidade, créditos de carbono, percentuais de descarbonização ou inventário consolidado da startup. O compromisso é buscar eficiência com evidência verificável.

O que medir antes de comparar

A unidade funcional proposta pode ser uma entrega de carga com peso e distância definidos ou uma aquisição de dados que atenda ao critério de aceitação de uma inspeção. A escolha deve ser adequada ao projeto e mantida nas alternativas comparadas.

Energia de voo, energia de recarga, deslocamentos de apoio e consumo de equipamentos auxiliares devem ser registrados separadamente. A qualidade do dado exige identificação do equipamento, período, método de leitura e responsável. Valores estimados precisam permanecer distintos de valores medidos.

Um quadro de coleta ajuda a evitar gráficos que aparentem desempenho sem base real. O exemplo desta página apresenta campos a preencher, não uma série histórica. Somente após validação e revisão das fronteiras será possível calcular um resultado comparável.

A informação ambiental deve ser revisada junto ao contexto operacional. Falhas, cancelamentos e repetições alteram a eficiência e precisam ser incluídos quando pertinentes. Excluir apenas etapas desfavoráveis produziria uma comparação incompleta e potencialmente enganosa.

CAMPO DE COLETA	UNIDADE / REGISTRO
Energia de voo	kWh · a apurar
Energia de recarga	kWh · a apurar
Deslocamento de apoio	km e combustível · a apurar
Carga e distância	kg / km · a apurar
Qualidade da entrega	Critério de aceitação
Fonte e responsável	Documento / identificação

Quadro proposto — sem medições nesta edição.

Missão, recarga e infraestrutura

A infraestrutura de recarga integra a análise de viabilidade. Potência disponível, proteção elétrica, armazenamento, ventilação e condições de manutenção devem ser compatíveis com o equipamento e o ambiente. A proposta de uma estação automatizada não dispensa pessoas responsáveis e meios de intervenção.

Em locais offshore, um projeto deve considerar corrosão, exposição ao tempo, acesso para assistência e integração com procedimentos da instalação. O consumo dos sistemas auxiliares também compõe a fronteira energética. A comparação não deve contabilizar somente o trecho aéreo.

A autonomia publicada por fabricante é uma referência de capacidade sob condições especificadas, não uma garantia para o local de aplicação. Carga, vento, reserva, trajetória e condição da bateria podem alterar a duração útil. O planejamento deverá preservar margens e critérios de retorno.

Não são declaradas estações próprias implantadas, geração solar contratada ou participação de energia renovável na Drones Offshore. Essas possibilidades deverão ser avaliadas em projetos específicos. A narrativa ambiental permanece vinculada a critérios, e não a infraestrutura presumida.

Inventário: limites e responsabilidade

Um inventário de emissões depende de limite organizacional, período e atividades identificadas. É preciso decidir o que pertence ao escopo da empresa e o que corresponde a fornecedores, clientes ou parceiros. A origem societária não autoriza agregar automaticamente atividades de outras organizações.

A futura seleção de metodologia deverá considerar referências reconhecidas, fontes oficiais e disponibilidade de dados. Fatores de emissão, estimativas e exclusões devem ser documentados. A consistência ao longo do tempo é tão importante quanto o número publicado.

Para missões específicas, a avaliação de alternativas poderá utilizar um escopo próprio, claramente distinto de um inventário corporativo. O consumo evitado estimado não deve ser somado indiscriminadamente a emissões reais nem apresentado como compensação automática.

Esta edição não possui inventário consolidado, série histórica ou asseguuração externa. A agenda proposta é identificar atividades, organizar coleta, revisar qualidade e só então publicar indicadores. O resultado deve permanecer rastreável ao dado de origem e à metodologia adotada.

Prevenção da poluição e resposta

A prevenção deve considerar perda de aeronave, queda de carga, danos a baterias e resíduos associados ao apoio operacional. O planejamento precisa identificar consequências possíveis e meios de resposta compatíveis com o local. A existência de um risco exige avaliação; não implica que uma ocorrência tenha acontecido.

A coordenação com a instalação é essencial para definir comunicação, isolamento de área, acesso e acionamento de recursos. Um plano de contingência proposto deverá esclarecer quem decide, quem é informado e quais ações não podem ser improvisadas. A recuperação de equipamento deve preservar a segurança das pessoas.

A análise de um evento deverá separar causa imediata, condições contribuintes e medidas corretivas. Registros devem apoiar aprendizagem sem esconder limitações ou transferir automaticamente responsabilidade. A divulgação externa precisa respeitar evidências, privacidade e exigências aplicáveis.

Não são publicados neste relatório taxas de incidentes, tempo de resposta ou desempenho de contenção. Esses dados dependerão de execução real e critérios definidos. A agenda ambiental prioriza prevenção e preparação antes de qualquer comunicação quantitativa.

Recursos hídricos e ambiente costeiro

Embora a missão aérea não se caracterize pelo mesmo uso de água de uma instalação industrial, seu sistema de apoio pode envolver limpeza, manutenção e infraestrutura. A avaliação deve reconhecer esses usos quando relevantes, em vez de assumir consumo nulo por observar apenas a aeronave.

O planejamento em áreas costeiras deve evitar descarte inadequado, contaminação e interferência em ambientes sensíveis. Produtos usados na manutenção e na limpeza precisam ser selecionados e destinados conforme o contexto. O acesso às instalações deve respeitar procedimentos ambientais locais.

A interface com o cliente ou responsável pelo ativo deverá identificar condicionantes, pontos

de apoio e restrições. Uma rotina apropriada em terra pode exigir adaptação em embarcação ou plataforma. A agenda proposta é incluir esses requisitos na preparação, sem alegar programas próprios já implantados.

Não são informados volumes de consumo, reuso, efluentes ou metas hídricas corporativas. A coleta futura deverá utilizar um escopo que corresponda à atividade real da startup. O compromisso de uso consciente só poderá ser demonstrado com dados e critérios coerentes.

SOCIAL

Diálogo e competências

Direitos e respeito

Segurança e fatores humanos

Responsabilidade na cadeia de valor



As pessoas que sustentam a operação

O desenvolvimento de sistemas aéreos não elimina a importância do trabalho humano. Planejamento, supervisão, interpretação e resposta a situações imprevistas dependem de profissionais preparados. A proposta social da Drones Offshore coloca a segurança e o respeito no centro dessa relação.

A evolução das aplicações pode alterar tarefas e exigir novas competências. A agenda proposta deve considerar atualização técnica, integração entre funções e compreensão dos limites de automação. Profissionais não podem ser reduzidos a operadores de uma interface sem contexto de decisão.

Os perfis de pilotos e equipes apresentados no ambiente demonstrativo do site são modelos de apresentação, não um quadro contratado. Este relatório não publica número de empregados, benefícios, indicadores de diversidade ou resultados de programas sociais ainda não documentados.

Diálogo e desenvolvimento territorial

A relação entre tecnologia e território deve ser construída por escuta e conhecimento do contexto. Portos, instalações de energia e comunidades costeiras possuem interesses e rotinas diferentes. A introdução de uma solução aérea precisa reconhecer essas interfaces e não presumir aceitação automática.

A Drones Offshore relata participação em espaços de inovação e diálogo institucional no Rio de Janeiro. Essa presença oferece oportunidades para discutir necessidades e desafios do setor. Não equivale a um programa social comunitário, contrato público ou intervenção territorial concluída.

A agenda proposta inclui identificar partes interessadas por projeto, registrar

preocupações e responder com informações proporcionais ao escopo. Temas como acesso, ruído, circulação e proteção da informação podem exigir esclarecimentos antes da operação. O diálogo deve permitir ajuste, não apenas apresentação de tecnologia.

Contribuições territoriais futuras deverão ser descritas a partir de ações realizadas, público envolvido e resultados verificáveis. Não são atribuídos à startup programas educacionais, patrocínios ou investimentos comunitários do relatório de referência. A adaptação editorial preserva essa distinção.

Direitos humanos e liberdade de associação

O respeito aos direitos humanos é uma diretriz para relações de trabalho e para a cadeia de valor. A agenda proposta inclui prevenir discriminação, assédio, tratamento degradante e exploração, com procedimentos proporcionais ao estágio e ao contexto da empresa. A política precisa alcançar tanto decisões de contratação quanto práticas de campo.

A liberdade de associação e os direitos aplicáveis devem ser respeitados sem retaliação. Relações comerciais não podem justificar pressão para ignorar proteção

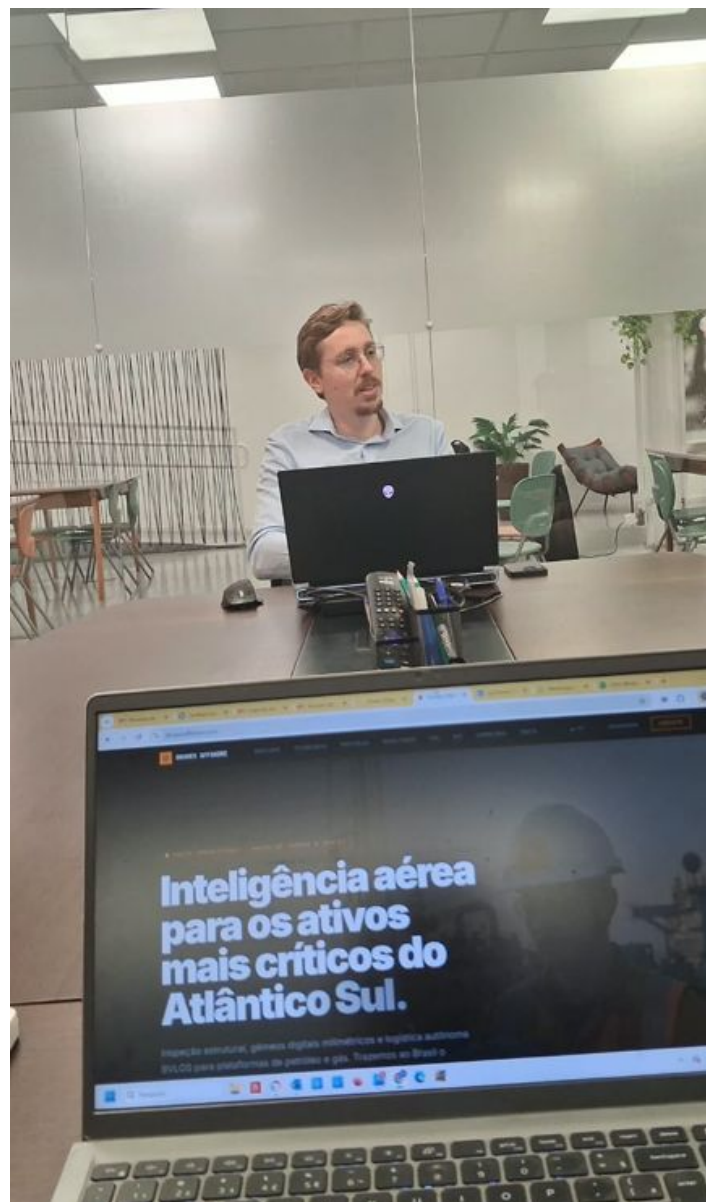
laboral ou requisitos de segurança. Qualquer exigência de jornada ou disponibilidade precisa ser analisada junto às condições reais de trabalho.

O canal público de contato e a página de Ouvidoria do site permitem encaminhar demandas, mas não são apresentados como uma estrutura independente de investigação ou um sistema certificado de denúncias. A futura formalização deverá definir confidencialidade, acesso, resposta e tratamento de conflitos.

Não existem nesta edição estatísticas de denúncias, auditorias de direitos humanos ou indicadores laborais próprios. O relatório descreve critérios a desenvolver. A evidência de efetividade dependerá de registros, responsabilização e possibilidade de revisão das decisões.



Escuta profissional: pilotos e operadores



A Drones Offshore inicia uma série de entrevistas com pilotos de drones e operadores de VANT. Jonas Degrave, Founder e Engenheiro Aeroespacial responsável pela gestão técnica e científica da startup, conduz essa iniciativa institucional para aproximar a proposta tecnológica da experiência de quem atua na operação.

A escuta pode revelar dificuldades de planejamento, comunicação, formação e interpretação de cenários de risco. O objetivo é compreender o trabalho sem confundir relatos individuais com uma pesquisa estatística representativa de todo o setor. Depoimentos devem manter seu contexto e as condições em que foram obtidos.

A agenda proposta é organizar aprendizados por tema e verificar sua pertinência em projetos. Desafios relatados precisam ser confrontados com requisitos técnicos e regulatórios. Uma entrevista pode orientar uma pergunta de desenvolvimento; não comprova uma capacidade instalada ou a conclusão de um programa de qualificação.

A exposição pública de pessoas deve respeitar autorização, identificação e finalidade. Informações de contato, documentos profissionais e dados sensíveis não devem ser divulgados sem necessidade. O valor social da escuta está em construir entendimento e dar consequência responsável ao conhecimento compartilhado.

Formação: competências a desenvolver

A formação proposta deve combinar conhecimento da aeronave, leitura do ambiente, preparação de missão e compreensão do ativo atendido. A habilidade de pilotagem é necessária, mas não suficiente para uma operação integrada em ambiente marítimo ou industrial.

O desenvolvimento deve abordar limites de sensores, qualidade de dados, comunicação e contingências. A interpretação de uma informação pode exigir competências de engenharia que não se confundem com a execução do voo. Papéis e critérios de revisão precisam ser claros.



A preparação de equipes deve reconhecer experiência prévia e necessidades específicas. Treinamentos futuros deverão possuir objetivos, conteúdo, evidências de participação e avaliação pertinente. Este relatório não anuncia cursos certificados, carga horária concluída ou número de profissionais capacitados.

A escuta de pilotos e operadores pode ajudar a selecionar temas, mas não substitui um processo estruturado de formação. A agenda é transformar necessidades identificadas em ações adequadas ao projeto, com registro e revisão de resultados.

Consciência ambiental na preparação

A consciência ambiental deve fazer parte da preparação de quem planeja, apoia e supervisiona uma missão. A equipe precisa compreender as condições do local, os riscos relacionados a baterias e carga e os cuidados com resíduos. Orientações genéricas devem ser adaptadas ao contexto.

A proposta de briefing ambiental inclui restrições de rota, presença de fauna, pontos de armazenamento e meios de comunicação em caso de ocorrência. O conteúdo deverá ser objetivo e compatível com as tarefas de cada pessoa. Informação em excesso, sem prioridade, pode dificultar a aplicação.

A futura avaliação deverá verificar entendimento e capacidade de agir, não apenas presença em uma atividade. Situações simuladas podem apoiar aprendizado, desde que sejam claramente identificadas. Exercícios não devem ser relatados como experiência operacional real.

Não são afirmadas campanhas, palestras ambientais ou resultados educacionais próprios ainda não comprovados. O relatório organiza uma agenda possível de desenvolvimento, que deverá ser documentada se vier a ser implementada.



Coordenação e preparação para contingências

Uma resposta adequada depende de coordenação antes do evento. A agenda proposta deverá identificar interfaces entre piloto, supervisor, apoio, responsável pelo ativo e demais envolvidos. Os contatos e os critérios de acionamento precisam ser válidos para a missão e para o local.

A preparação deve abordar perda de comunicação, alteração meteorológica, indisponibilidade de área e condição inesperada de equipamento. Cada cenário

exige análise de consequência e decisão compatível com limites técnicos. Não é apropriado improvisar uma resposta a partir de uma demonstração de software.

Exercícios futuros deverão ser planejados com finalidade, escopo e critérios de avaliação. O registro de dificuldades pode orientar revisão de procedimento e distribuição de responsabilidades. Uma simulação bem-sucedida não garante desempenho em qualquer condição real.

Esta edição não divulga exercícios realizados, tempos de resposta ou índice de prontidão de equipes. O objetivo é explicitar requisitos de preparação. A decisão de não executar deve permanecer disponível quando as condições não forem adequadas.



Responsabilidade ambiental compartilhada

A proteção ambiental não depende de uma única função. Quem especifica um equipamento influencia seu ciclo de vida; quem prepara uma missão identifica condições do local; quem interpreta dados influencia decisões posteriores. A agenda proposta deve conectar essas responsabilidades.

A comunicação de um risco deve ser simples, acessível e sem incentivo à ocultação. Quando uma condição não prevista surge, a equipe precisa saber como registrar e encaminhar a informação. A revisão deverá buscar causas e melhorias, não apenas atribuir culpa imediata.

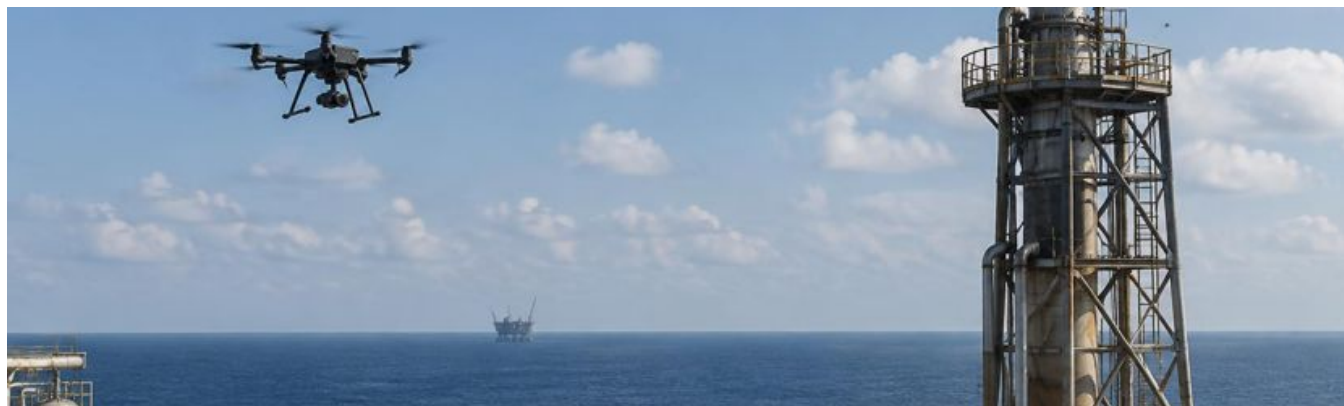
A participação de profissionais pode ajudar a identificar desperdícios, etapas

desnecessárias e oportunidades de manutenção. Sugestões devem ser avaliadas com rigor técnico, porque uma economia aparente pode reduzir segurança ou qualidade. A melhoria precisa preservar o propósito da missão.

Não são apresentados programas voluntários de limpeza, plantio ou conservação como ações da Drones Offshore. O relatório propõe integração de responsabilidade ambiental à atividade, respeitando o estágio de desenvolvimento e a necessidade de evidências.



Aprendizado entre funções



O trabalho integrado exige que profissionais compreendam o que sua entrega permite e o que não permite aos demais. Uma imagem pode ser tecnicamente nítida e ainda assim insuficiente para uma decisão de manutenção. A troca entre operação e engenharia ajuda a esclarecer essa diferença.

A agenda proposta inclui revisões de missão, discussão de limitações e organização de aprendizados. O objetivo é evitar repetição de problemas e preservar conhecimento mesmo quando a equipe ou o projeto muda. Registros devem ser proporcionais e úteis.

A comunicação entre funções precisa permitir perguntas e discordâncias fundamentadas. A posição hierárquica ou a pressão de prazo não deve substituir critérios de segurança e qualidade. A decisão responsável depende de informação compartilhada e limites reconhecidos.

A evidência futura de aprendizado poderá incluir ações revisadas e verificação de sua aplicação. Não se declara nesta edição um programa corporativo implantado ou um índice de melhoria. O conteúdo apresenta condições para desenvolvê-lo.



Diversidade, inclusão e respeito

A inovação se beneficia de diferentes experiências e competências, mas a diversidade não deve ser apresentada como um número sem base. A agenda proposta é construir relações respeitosas e critérios profissionais que não excluam pessoas por características sem relação com o trabalho.

A acessibilidade de informações, a clareza de processos e o tratamento de situações de discriminação devem integrar a futura organização de pessoas. Requisitos técnicos legítimos precisam ser distinguidos de barreiras desnecessárias. A segurança depende de preparação, não de estereótipos.

A escuta deve reconhecer desigualdades de oportunidade e condições de participação. Ações futuras deverão possuir objetivos e acompanhamento adequado. Não são anunciados cotas, resultados de inclusão, composição de equipe ou iniciativas culturais realizadas sem documentação.

Este relatório utiliza o respeito como diretriz, não como declaração de que desafios sociais já foram resolvidos. A efetividade dependerá da tradução desse princípio em decisões, registros e revisão das práticas.





Diálogo com o ecossistema

Os fundadores Paulo Saraiva e Jonas Degrave estiveram no Capital Markets Day Rio de Janeiro 2026 da Euronext, no Copacabana Palace, conforme relato institucional. A presença ocorreu acompanhada de Marc Primorac, Presidente da SAL Chamber, e Elisa Pernisa, Presidente do Comitê de Eficiência Energética da entidade.

O encontro reuniu participantes ligados a energia, óleo e gás e ofereceu um contexto de

diálogo sobre desenvolvimento e mercado. A participação é um fato institucional informado pela empresa, não uma declaração de parceria comercial, captação, contrato ou reconhecimento ESG.

A agenda pública também inclui encontro com Paulo Ganime sobre inovação, liberdade econômica e perspectivas do setor. O diálogo entre empresas e instituições pode ajudar a identificar barreiras e necessidades. Sua

relevância deve ser descrita pelo conteúdo da troca, sem ampliar compromissos não formalizados.

As imagens desta página registram a presença institucional. A futura evolução das relações deverá distinguir conversas, intenções, acordos e execução. Essa precisão evita que proximidade em um evento seja interpretada como vínculo operacional ou financeiro.

Impacto social: o que demonstrar

Uma contribuição social precisa ser descrita por uma intervenção concreta e pelo público envolvido. No estágio apresentado, a Drones Offshore organiza uma agenda de escuta e desenvolvimento; não há base para atribuir a essa agenda número de empregos criados, pessoas beneficiadas ou transformação territorial.

A futura medição deve distinguir atividade, resultado imediato e efeito de longo prazo. Uma entrevista realizada é uma atividade; um aprendizado aplicado a um procedimento pode ser um resultado. Atribuir impacto exige examinar outros fatores e reconhecer limites.

O acompanhamento proposto deverá registrar objetivo, participação, evidência e uso do aprendizado. Informações pessoais precisam ser protegidas, e a coleta deve ser proporcional à finalidade. Um indicador social não justifica exposição desnecessária de pessoas.

O relatório não reproduz projetos educacionais ou patrocínios de terceiros como iniciativas próprias. Sua proposta é construir uma linguagem de prestação de contas que possa evoluir com ações reais e ser compreendida sem exagero.

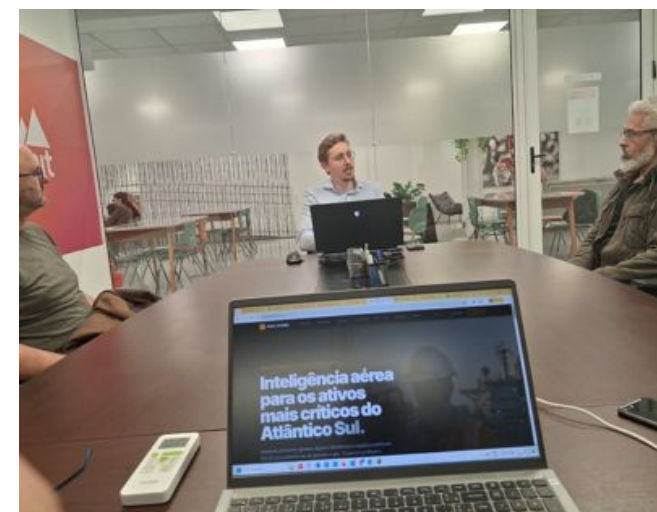
Orientação e desenvolvimento profissional

A expansão de aplicações com drones exige que interessados compreendam competências, responsabilidades e limites. A orientação profissional pode contribuir para evitar expectativas de acesso imediato a operações complexas. Qualificação deve ser discutida com referência ao contexto e aos requisitos aplicáveis.

A agenda de entrevistas oferece um espaço inicial para ouvir trajetórias e desafios. Sua divulgação deve valorizar o conhecimento sem prometer contratação, habilitação ou emprego. A participação de uma pessoa não a transforma em integrante do quadro da startup.

A futura organização de conteúdos poderá tratar preparação, segurança, sensores, dados e integração com setores industriais. Material informativo não substitui formação formal ou documentação exigida. Essa diferença deve permanecer clara em toda comunicação.

Não são publicados convênios educacionais, turmas, bolsas ou números de formação concluída. O relatório descreve possibilidades de desenvolvimento e critérios que deverão acompanhar iniciativas efetivamente realizadas.



PRIORIDADES HUMANAS

ESCUTAR

Organizar temas trazidos por pilotos e operadores sem tratar depoimentos individuais como representação estatística de todo o setor. Registrar contexto e finalidade de uso.

PREPARAR

Definir competências para as aplicações selecionadas e verificar necessidades de atualização. A exigência deve corresponder à tarefa e às condições de execução.

PROTEGER

Incluir segurança, respeito e privacidade nos procedimentos propostos. A autonomia para comunicar riscos precisa ser preservada diante de prazo ou pressão comercial.

APRENDER

Revisar decisões e entregas para identificar melhorias. O conhecimento deve ser mantido com registros úteis e sem expor informações que não sejam necessárias.

Cadeia de valor responsável

A relação com fornecedores futuros deverá considerar adequação técnica, integridade, documentação e capacidade de suporte. Menor preço não é um critério suficiente quando o componente influencia segurança, qualidade de dados ou resposta a falhas.

A agenda proposta inclui esclarecer responsabilidades por manutenção, treinamento, garantia e destinação de materiais. Contratos e especificações devem reduzir ambiguidades, principalmente quando atividades ocorrem em instalações de terceiros e envolvem diferentes equipes.

O respeito a direitos e requisitos ambientais precisa integrar a análise da cadeia. Evidências devem ser compatíveis com o porte e com o risco da relação. Questionários sem verificação não comprovam desempenho nem devem ser tratados como certificação.

Não são divulgados fornecedores homologados, percentuais de compras locais ou auditorias concluídas. A exibição de marcas no site representa referências do ecossistema e não indica vínculo comercial. Esta separação também se aplica ao relatório.

Relações e práticas de trabalho

A organização futura do trabalho deve definir papéis, requisitos e critérios de coordenação. Planejamento, supervisão e interpretação podem ser distribuídos entre pessoas ou parceiros, mas responsabilidades precisam permanecer claras. A automação não elimina a necessidade de decisão competente.

Jornada, disponibilidade, deslocamento e recuperação devem ser considerados em missões de alta consequência. A análise de fadiga precisa levar em conta fatores humanos e não apenas a duração do voo. A pressão por entrega não deve justificar execução fora de condições adequadas.

A agenda proposta prevê comunicação de riscos, tratamento respeitoso e verificação de qualificação pertinente. Documentos profissionais precisam ser válidos e protegidos. Perfis demonstrativos do site não comprovam habilitação ou vínculo de trabalho.

Não são publicados indicadores de acidentes, horas trabalhadas, rotatividade ou benefícios. A construção de uma base laboral dependerá da atividade real e de critérios de coleta. O relatório apresenta diretrizes, sem anunciar uma estrutura já implantada.

Saúde, bem-estar e fatores humanos

A saúde no contexto operacional envolve condições físicas, atenção, comunicação e ambiente de trabalho. Preparação e supervisão devem reconhecer sinais de fadiga, sobrecarga e dificuldade de compreensão. A pessoa precisa poder comunicar uma limitação sem receio de punição indevida.

A agenda proposta inclui avaliar iluminação, ruído, postura, duração de tarefas e alternância de atenção. Uma interface clara ajuda, mas não resolve sozinha os fatores humanos. A forma como tarefas e decisões são organizadas pode ser tão importante quanto o equipamento.

Exigências médicas e ocupacionais deverão ser verificadas conforme a função e a relação de trabalho. Este documento não anuncia programa de saúde, benefício assistencial, serviço médico próprio ou indicadores de bem-estar já apurados.

A futura avaliação deverá usar evidências proporcionais e proteger dados de saúde. Informações sensíveis não devem aparecer em painéis públicos ou registros de demonstração. O compromisso é desenvolver condições de trabalho seguras e respeitadas, com limites reconhecidos.

Segurança operacional e preparação

A decisão de executar deve resultar de uma análise que inclua missão, aeronave, pessoa, ambiente e ativo. Nenhum desses elementos pode ser avaliado isoladamente. Uma configuração tecnicamente disponível pode não ser adequada para o objetivo ou para as condições do local.

A proposta de preparação inclui briefing, critérios de interrupção, checagens e coordenação. A análise de risco deve ser específica e documentada. Métodos reconhecidos podem apoiar sua estrutura, mas seu uso não equivale a autorização de operação ou a certificação corporativa.

A autonomia para não decolar ou para interromper deve permanecer explícita. A

decisão precisa poder ser comunicada com base em critérios, sem depender de improvisação. Registros de cancelamento podem produzir aprendizado relevante e não devem ser ocultados por afetarem um indicador.

Esta edição não apresenta número de missões, índices de segurança ou prontidão real de frota. A agenda é preparar condições verificáveis para futuras aplicações. Os cenários demonstrativos do site não são evidência de execução segura.



Contingência e aprendizagem de segurança

As contingências propostas devem reconhecer perda de enlace, alterações do ambiente, falhas de equipamento e indisponibilidade de área. A resposta depende do cenário, das capacidades validadas e da coordenação com os responsáveis locais. Uma instrução genérica pode ser insuficiente.

O planejamento deverá definir meios de retorno, pouso alternativo, comunicação e suspensão. A verificação prévia de recursos evita que o procedimento dependa de algo indisponível no momento necessário. A recuperação de equipamentos nunca deve criar exposição humana desproporcional.

O registro de eventos futuros deverá incluir condições, decisões e limitações de

evidência. A revisão precisa considerar causas contribuintes e verificar a aplicação de medidas corretivas. Uma ação anunciada não pode ser tratada como concluída sem confirmação.

Não são declarados treinamentos realizados, respostas bem-sucedidas ou redução de incidentes. O relatório propõe uma estrutura de aprendizagem que poderá ser desenvolvida com experiências documentadas. A comunicação pública deve acompanhar a qualidade das evidências disponíveis.





Clientes, parceiros e fornecedores

Uma relação responsável começa na definição do problema e do que poderá ser entregue. O diálogo comercial deve esclarecer escopo, critérios de aceitação e limitações da solução. A proposta não deve sugerir que toda necessidade offshore pode ser atendida por drone.

A coordenação com parceiros e fornecedores futuros deverá identificar responsabilidades por acesso, equipamentos, dados e suporte. Dependências relevantes precisam ser reconhecidas antes de assumir compromissos. A capacidade de um fabricante não é automaticamente capacidade operacional da startup.

Informações de projeto devem ser compartilhadas segundo necessidade e autorização. A proteção de dados e de detalhes do ativo integra a relação de

confiança. Materiais de comunicação não devem expor situações, documentos ou pessoas além da finalidade acordada.

Esta edição não publica lista de clientes, contratos ou níveis de satisfação. A agenda proposta valoriza clareza de expectativas e tratamento de demandas pelo formulário público de contato. O acompanhamento futuro deverá registrar respostas e aprendizados.

Escuta, retorno e melhoria da entrega

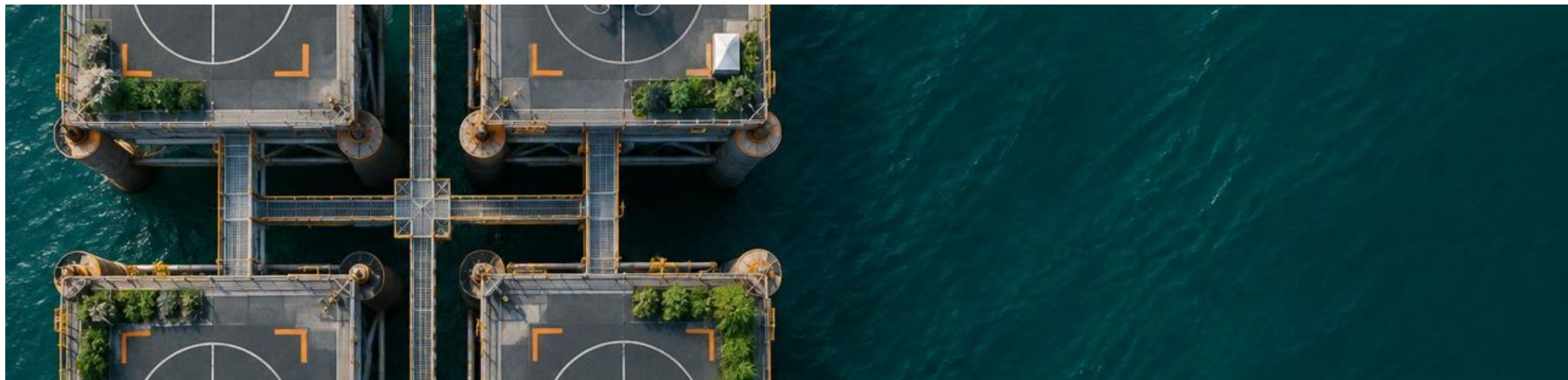
A avaliação de uma entrega deve partir dos critérios acordados para o projeto. A satisfação é relevante, mas não substitui a verificação de qualidade e de adequação técnica. Um dado aceito comercialmente ainda pode exigir esclarecimento sobre limitações de interpretação.

A proposta de retorno inclui receber observações, registrar problemas e definir quem responde. O processo deverá permitir distinguir ajuste de apresentação,

insuficiência de evidência e mudança de escopo. Cada situação exige tratamento próprio.

A melhoria deve conservar rastreabilidade: o que foi observado, qual ação foi proposta e como sua aplicação será verificada. Sem essa sequência, a empresa pode repetir problemas ou comunicar solução ainda não concluída. A aprendizagem depende de acompanhamento.

Não são apresentados resultados de pesquisas, índices de satisfação ou prazos de atendimento como compromissos contratuais. O canal de contato do site é um ponto de entrada para diálogo. A formalização futura deverá definir critérios compatíveis com as relações reais.



DRONES OFFSHORE

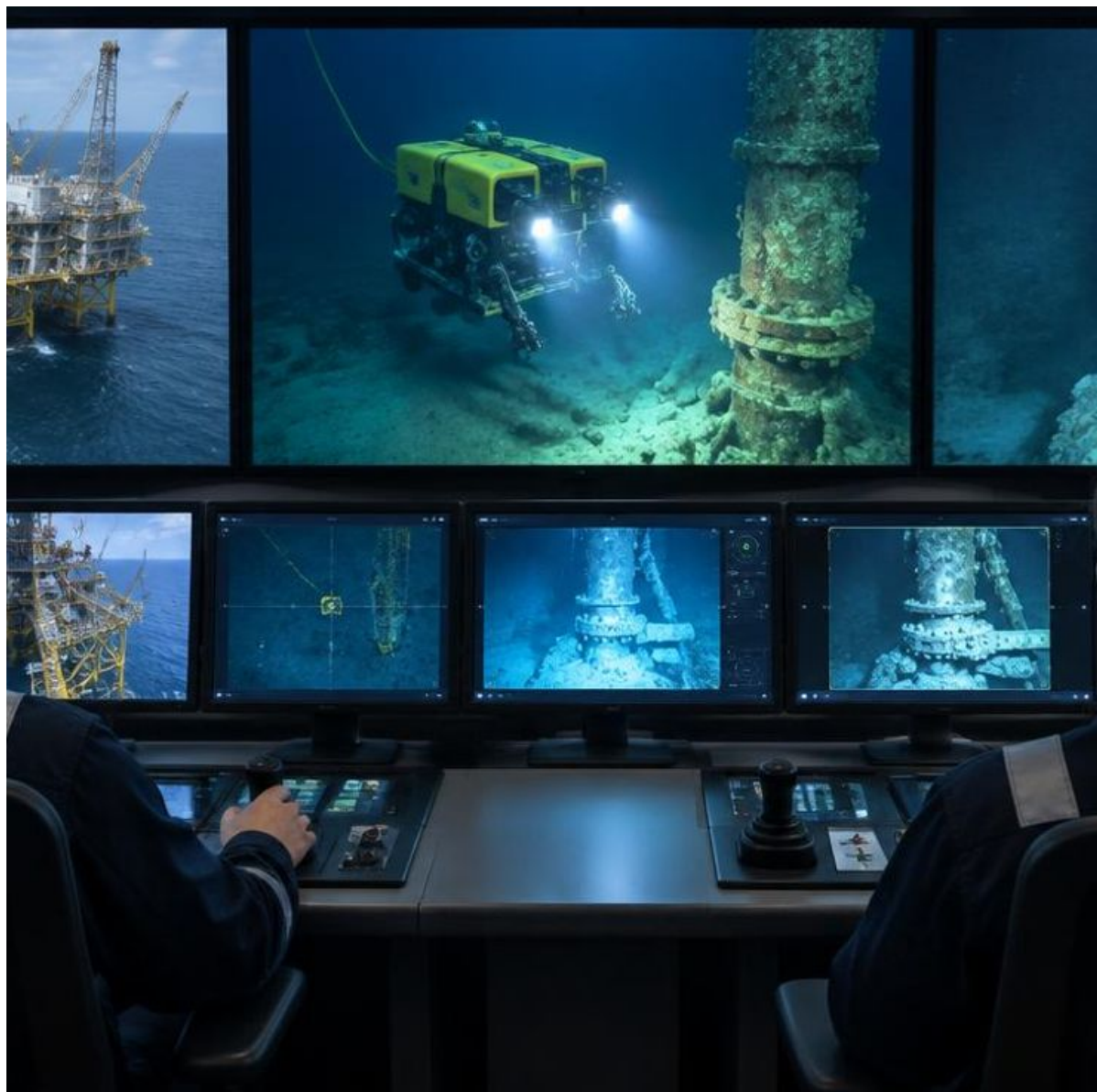
GOVERNANÇA

Origem e responsabilidades

Integridade e conduta

Informação e controles

Ambiente regulatório



Decisões com responsabilidade

A governança conecta propósito, decisão e prestação de contas. No contexto da Drones Offshore, sua agenda deve impedir que a velocidade de desenvolvimento ultrapasse a capacidade de validar uma aplicação e comunicar seus limites. A responsabilidade técnica e a clareza institucional são pontos de partida.

Paulo Saraiva e Jonas Degrave são os fundadores apresentados publicamente. Jonas Degrave é Engenheiro Aeroespacial responsável pela gestão técnica e científica da startup. Essa informação descreve o papel institucional e não constitui um organograma completo ou declaração de composição de conselho.

A origem como spin-off de uma joint venture entre PEV Engenharia e Deterrence Defense deve ser comunicada com precisão. Este relatório não informa participações societárias, capital social, resultados financeiros ou obrigações das organizações de origem.

A agenda proposta inclui critérios para aprovação, análise de risco, proteção da informação e revisão de compromissos. A implantação de cada controle deverá possuir responsável, evidência e possibilidade de atualização. O relatório não afirma que uma estrutura de governança foi auditada.

Origem e responsabilidades institucionais

A Drones Offshore é apresentada como spin-off nascida da joint venture entre PEV Engenharia e Deterrence Defense. O diagrama desta página expressa apenas essa origem informada; não representa percentuais de participação, estrutura jurídica detalhada ou consolidação de resultados.

Os fundadores são Paulo Saraiva e Jonas Degrave. A responsabilidade técnica e científica de Jonas deve apoiar o rigor de avaliação das aplicações propostas. A descrição dos papéis não atribui cargos adicionais, conselho formal ou poderes societários não informados.

A agenda de governança deverá definir quem pode aprovar escopos, assumir compromissos e autorizar divulgação de informações. Decisões com consequências técnicas, financeiras ou de privacidade exigem critérios e registro. A distribuição precisa acompanhar o estágio de desenvolvimento.

A prestação de contas futura deverá separar a startup das entidades de origem e dos parceiros de projeto. Evidências, custos e resultados não podem ser agregados sem escopo definido. Essa distinção é necessária para indicadores ESG confiáveis.

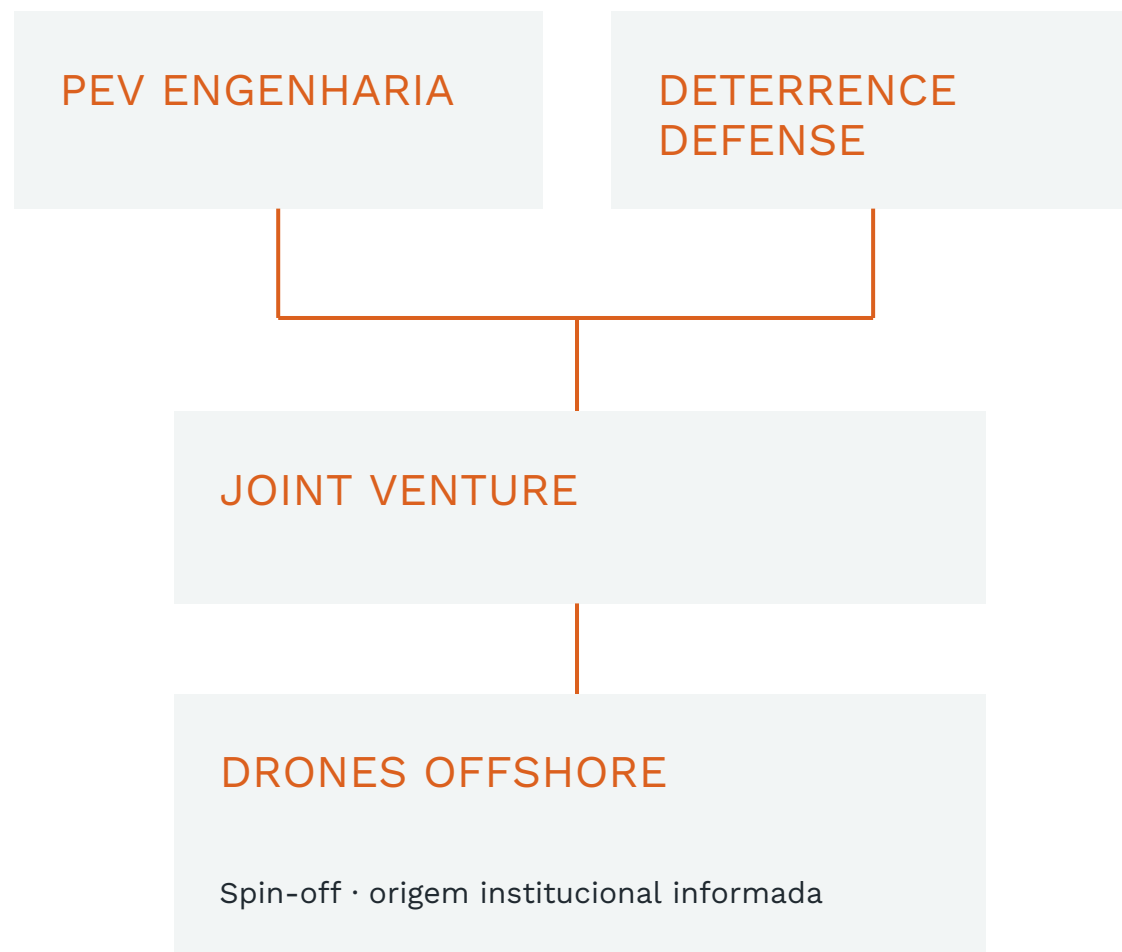


Diagrama de origem, não de participação societária.

Desenvolvimento institucional e integração

O diálogo com o ecossistema de inovação pode contribuir para entender requisitos, restrições e oportunidades. A agenda pública da Drones Offshore inclui encontros e presença em eventos setoriais, sem que isso represente contrato ou participação financeira estabelecida.

A relação com interlocutores deve distinguir aproximação, intenção, acordo formal e atividade realizada. Cada estágio possui evidências e responsabilidades diferentes. A comunicação precisa preservar essa distinção para evitar interpretações de vínculo não confirmado.

Projetos de integração futura exigirão critérios sobre propriedade e uso de dados, responsabilidades técnicas e dependências de fornecedores. A qualidade do acordo é parte da viabilidade, não uma etapa apenas administrativa.

As fotografias institucionais desta página não comprovam instalações próprias ou bases operacionais. A agenda é construir relações com escopo claro, avaliadas segundo necessidade e capacidade de execução.



Conduta empresarial e integridade

A integridade deve orientar propostas, seleção de parceiros e comunicação pública. A agenda proposta inclui prevenção de favorecimento indevido, tratamento de conflitos de interesse e limites para uso de informações. O objetivo é tornar critérios de decisão compreensíveis e verificáveis.

Relações com órgãos públicos e organizações privadas devem respeitar requisitos aplicáveis e registrar compromissos de forma clara. A participação em eventos não deve ser comunicada como endosso institucional automático. Presentes, convites e situações de conflito deverão receber tratamento proporcional e documentado.

A comunicação técnica e comercial precisa evitar promessas que dependam de aprovação ou capacidade ainda não validada. Não são publicados neste relatório contratos, captações ou resultados financeiros. A transparência começa por não ampliar fatos além do que a evidência permite.

A futura formalização de procedimentos deverá definir acesso ao canal de relato, tratamento de informações e

responsabilização. O relatório não declara certificação anticorrupção, auditoria de integridade ou histórico de ocorrências apurado.



Segurança da informação e dados pessoais

Missões podem envolver imagens de ativos, localização, registros profissionais e outras informações de acesso restrito. A agenda proposta deve classificar dados por finalidade e sensibilidade, limitando coleta e compartilhamento ao necessário. Um arquivo tecnicamente útil pode exigir proteção adicional.

A proteção de dados pessoais deverá observar a legislação aplicável, incluindo a LGPD, com definição de finalidade, base adequada e critérios de retenção. A simples presença de uma página de privacidade no site não comprova conformidade integral de todos os processos.

A estrutura futura deve considerar controle de acesso, cópias de segurança, registro de

alterações e resposta a incidentes. A escolha técnica precisa ser acompanhada de responsabilidades e verificação. Painéis demonstrativos não devem exibir dados operacionais privados nem documentos de pessoas reais.

O site mantém tradução de páginas públicas por serviço externo, preservando conteúdo protegido fora desse fluxo. A agenda proposta de proteção da informação deverá continuar a distinguir comunicação pública de registros restritos. Não são declaradas certificações de segurança ou testes externos concluídos.

Controle, revisão e rastreabilidade

Controles úteis conectam um risco a uma ação verificável. A agenda proposta inclui gestão de documentos, revisão de escopo, identificação de evidências e acompanhamento de pendências. A quantidade de formulários não comprova efetividade por si só.

Cada decisão relevante deverá conservar informação sobre motivo, responsável e condição de aprovação. Revisões precisam identificar versão e impacto sobre o projeto. A rastreabilidade evita que uma instrução antiga seja aplicada depois de mudança técnica ou operacional.

A revisão independente, quando pertinente e viável, deverá possuir escopo e critérios claros.

Este relatório não afirma que auditorias internas ou externas foram concluídas. A futura publicação deverá distinguir avaliação planejada, realizada e ação efetivamente encerrada.

Uma base de dados confiável depende de origem e qualidade, não apenas de armazenamento. Registros simulados do site permanecem separados de evidências de execução. A agenda de controles deve preservar essa distinção ao conectar novas fontes de informação.

Ambiente legal e regulatório

O atendimento aos requisitos aplicáveis deve ocorrer por configuração e missão. A análise precisa considerar aeronave, pessoa, espaço aéreo, enlaces, local e finalidade. Não há uma autorização genérica decorrente de atuar em logística offshore ou inovação.

Fontes oficiais de ANAC, DECEA e ANATEL deverão ser consultadas na preparação de projetos, junto aos demais requisitos pertinentes. A referência a órgãos não constitui vínculo, aprovação ou certificação. Normas e condições podem mudar e precisam ser verificadas na data de planejamento.

A proposta é organizar uma matriz de requisitos com evidência, responsável, validade e condição de aceite. Pendências devem ser

identificadas antes da execução, e mudanças devem ser avaliadas quanto ao impacto no escopo. A interface de demonstração não substitui documentação exigível.

Para comunicação ESG, também devem ser preservados limites de declaração e consistência de fontes. O relatório não se apresenta como elaborado em conformidade integral com GRI ou outro padrão de relato, nem possui asseguração independente. Referências servem para orientar desenvolvimento.

DRONES OFFSHORE

VISÃO ESG

Prioridades de desenvolvimento

Evidências para o futuro

Do compromisso à prestação de contas

Este relatório organiza uma agenda institucional compatível com o estágio de desenvolvimento apresentado pela Drones Offshore. Seu valor está na clareza sobre propósito, temas relevantes e evidências necessárias. Não pretende substituir uma prestação de contas quantitativa baseada em operações reais.

O avanço proposto é selecionar casos de uso, definir fronteiras de avaliação e estruturar coleta. Segurança, energia, componentes, pessoas e dados deverão ser acompanhados por critérios adequados ao projeto. A publicação futura deverá informar período e método, além dos resultados.

A revisão da agenda deve incorporar aprendizados técnicos e diálogo com partes interessadas. Prioridades podem mudar conforme riscos e condições de implantação. A escala deve seguir validação, e a comunicação deve acompanhar o que foi efetivamente demonstrado.

O compromisso editorial é manter fatos, propostas e resultados separados. A Drones Offshore convida interlocutores a trazer requisitos pelo formulário de contato. A jornada ESG deverá ser construída com responsabilidade, precisão e espaço para reconhecer limites.





Fontes e canais institucionais

Drones Offshore — Empresa

<https://www.dronesoffshore.com/empresa>

Drones Offshore — ESG

<https://www.dronesoffshore.com/esg>

Drones Offshore — Notícias institucionais

<https://www.dronesoffshore.com/noticias>

Drones Offshore — Tecnologia

<https://www.dronesoffshore.com/tecnologia>

ANAC — Aeronaves não tripuladas

<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/drones>

DECEA — Acesso ao espaço aéreo

<https://www.decea.mil.br/>

ANATEL — Requisitos de telecomunicações

<https://www.gov.br/anatel/pt-br>

ONU — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

GHG Protocol — Referência metodológica

<https://ghgprotocol.org/>

LGPD — Lei nº 13.709/2018

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

As páginas institucionais sustentam os fatos comunicados pela empresa. As demais fontes são referências de consulta para requisitos e metodologia; sua citação não constitui certificação, endosso ou conformidade integral.

Fale com a Drones Offshore

Utilize o formulário de contato para requisitos de projeto, diálogo institucional ou contribuições à agenda ESG.

www.dronesoffshore.com/contato

Edição: outubro de 2026 · Sem asseguração independente.